

Ata da 20ª Reunião da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima ocorrida em 19/04/2005 às 15h00 no Ministério da Ciência e Tecnologia, Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala de Reunião dos Conselhos, 2º Andar

O secretário Executivo da Comissão, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, iniciou a reunião dando boas vindas aos membros da Comissão, informando os pontos da agenda. Logo a seguir, o representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, Prof. Cylon Gonçalves Silva, assumiu a condução da reunião, saudando os presentes..

1. Aprovação da Ata da 19ª reunião da Comissão Interministerial.

Tendo a minuta de ata da 19ª Reunião sido encaminhada aos membros da Comissão com antecedência, o Prof. Cylon perguntou se havia algum comentário dos presentes. Não havendo comentários ou objeções dos presentes, a ata foi considerada aprovada.

2. Composição da Comissão Interministerial

Perguntado sobre o andamento do tramite do Decreto sobre a alteração na composição da Comissão Interministerial, o representante da Casa Civil da Presidência de República, Sr. Johaness Eck, informou que o processo está sendo encaminhado aos demais Ministérios para colheita de assinaturas. Informou que o processo estava no momento no Ministério de Minas e Energia.

O Secretário Executivo perguntou se no texto final do Decreto já havia sido incluído o Ministério da Fazenda, conforme decisão da 19ª Reunião da Comissão Interministerial. O Sr. Johaness Eck informou que o texto ainda é passível de alterações e indagou se seria necessário incluir no texto do Decreto o representante do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. O Prof. Cylon informou que já existe decisão de convidar o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas sempre que houvesse interesse da Comissão e destacou que assim como o Fórum de Mudanças Climáticas, demais órgão não governamentais, poderão ser convocados pontualmente no intuito de prestarem algum esclarecimento ou contribuição, mas que sua presença sistemática não seria desejável, em virtude do teor e do caráter confidencial de muitos dos assuntos tratados pela Comissão.

3. Resolução N° 02 da Comissão Interministerial.

O Prof. Cylon apresentou a proposta de Resolução nº 2 da Comissão, encaminhada anteriormente aos membros. Destacou que o objetivo da resolução é a atualização Resolução da nº 1 substituindo o “Formulário do Documento de Concepção de Projeto” contido no Anexo I daquela Resolução, a internalização à legislação brasileira das decisões relacionadas aos projetos de florestamento e reflorestamento do MDL e definir os parâmetros nacionais necessários à participação nessas modalidades de projetos (valores mínimos de cobertura de copas de árvores, área de terra e altura de árvore).

O Secretário Executivo, Dr. Miguez, destacou que para o Brasil, a definição de florestas, deve observar os valores máximos estabelecidos na decisão 19/CP9, ou seja: cobertura da copa de árvores de 30%; área mínima de 1 (um) hectare e altura mínima das árvores de 5 metros. A definição de valores máximos auxiliará no desenvolvimento de projetos de MDL florestal no Brasil, tanto no que tange aos requerimentos mínimos para elegibilidade deste tipo de projeto quanto na definição das metodologias de monitoramento e verificação. O Secretário destacou ainda, que estas definições são obrigatórias para que um país possa receber projetos de MDL florestal. Lembrou que o Brasil será o primeiro país a definir os parâmetros de floresta para o MDL. Outro aspecto que destacou é que já existe uma nova metodologia sendo submetida para projetos MDL florestal no Brasil, fator este, que acrescenta urgência na necessidade de definir os padrões nacionais de floresta para o MDL.

O representante do Ministério do Meio Ambiente, Sr. Rui de Góes, informou que por problema de comunicação não tinha tido acesso à proposta de Resolução 02 em tempo hábil para que a Secretaria de Biodiversidade e Florestas MMA pudesse fazer uma análise do documento, e solicitou que a votação da matéria fosse adiada para a próxima reunião da Comissão.

O representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. João Antônio Fagundes Salomão, solicitou que qualquer sugestão de alteração do documento por um Ministério fosse encaminhada no prazo de 15 dias para ser devidamente analisada pelos outros Ministérios, procedimento que foi acordado.

4. Projetos de MDL submetidos à Comissão Interministerial

A Comissão passou a deliberar sobre os Projetos de MDL submetidos à Comissão para aprovação, analisando os pareceres elaborados pelo MCT e por outros Ministérios para alguns projetos.

- a) Projeto de energia a partir de gases do aterro sanitário da empresa Marca

A Comissão decidiu aprovar o projeto com a ressalva a seguir:

Apresentação do Relatório de Validação Final a ser enviado ao Conselho Executivo do MDL para registro. O documento submetido à Comissão tem caráter preliminar. O documento submetido também ressalva a não aprovação do projeto pela Autoridade Nacional Designada e a não responsabilidade da Entidade Operacional Designada pela validação realizada. O Relatório deve ser apresentado em inglês e com versão conforme para português.

- b) Projeto de Conversão de gás de aterro em energia no Aterro Lara

A Comissão decidiu aprovar o projeto com as ressalvas a seguir:

Apresentação da versão para português do Documento de Concepção do Projeto, conforme ao texto em inglês. O texto em português apresenta diversas incorreções.

Apresentação do Relatório de Validação Final a ser enviado ao Conselho Executivo do MDL para registro. O documento submetido à Comissão tem caráter preliminar. O documento submetido também ressalva a não aprovação do projeto pela Autoridade Nacional Designada e a não responsabilidade da Entidade Operacional Designada pela validação realizada. O Relatório deve ser apresentado em inglês e com versão conforme para português (o texto atual em português apresenta diversas diferenças em relação ao texto em inglês).

c) Projeto Onyx de recuperação de gás de aterro

A Comissão decidiu aprovar o projeto com a ressalva a seguir:

Apresentação do Relatório de Validação Final a ser enviado ao Conselho Executivo do MDL para registro. O documento submetido à Comissão tem caráter preliminar, sendo anterior à conclusão do período para comentários. O documento submetido também ressalva a não aprovação do projeto pela Autoridade Nacional Designada e a não responsabilidade da Entidade Operacional Designada pela validação realizada. O Relatório deve ser apresentado em inglês e com versão conforme para português (o texto atual em português apresenta diversas diferenças em relação ao texto em inglês).

d) Projeto UTE Barreiro de geração de energia elétrica

A Comissão decidiu solicitar a revisão do Projeto, observando os pontos a seguir:

Complementação das informações requeridas no Anexo III do Documento de Concepção do Projeto (contribuição ao desenvolvimento sustentável). Os aspectos de desenvolvimento sustentável devem ser explicitados de forma mais objetiva, especialmente quanto aos aspectos de sustentabilidade ambiental local, desenvolvimento das condições de trabalho e geração líquida de empregos, de distribuição de renda e integração regional e articulação com outros setores;

Apresentação do Relatório de Validação Final a ser enviado ao Conselho Executivo do MDL para registro. O documento submetido tem caráter preliminar, ressaltando, inclusive, a não aprovação do projeto pela Autoridade Nacional Designada. O Relatório deve ser apresentado em inglês e com versão conforme para português já que o texto atual, em português, apresenta diversas diferenças em relação ao texto em inglês;

Verificação do fator de emissão utilizado para estimar as emissões reduzidas de CO₂ pela substituição da energia elétrica da rede. Existe a possibilidade do fator de emissão ter sido superestimado por usar como base uma conjuntura de crise energética que não corresponde às condições atuais de operação do sistema.

e) Projeto IRANI para geração de eletricidade a partir de biomassa

A Comissão decidiu solicitar a revisão do Projeto, observando os pontos a seguir:

Complementação das informações requeridas no Anexo III do Documento de Concepção do Projeto (contribuição ao desenvolvimento sustentável). Os aspectos de desenvolvimento sustentável devem ser explicitados de forma mais objetiva, especialmente quanto aos aspectos de desenvolvimento das condições de trabalho e geração líquida de empregos, de distribuição de renda e integração regional e articulação com outros setores;

Apresentação do Documento de Concepção do Projeto em português, conforme ao texto em inglês. A tradução submetida à Comissão apresenta incorreções que comprometem o seu conteúdo;

Apresentação do Relatório de Validação Final a ser enviado ao Conselho Executivo do MDL para registro. O documento submetido tem caráter preliminar, ressaltando, inclusive, a não aprovação do projeto pela Autoridade Nacional Designada. O Relatório deve ser apresentado em inglês e com versão conforme para português já que o texto atual, em português, apresenta diversas diferenças em relação ao texto em inglês;

Verificação do fator de emissão utilizado para estimar as emissões reduzidas de CO₂ pela substituição da energia elétrica da rede. Existe a possibilidade do fator de emissão ter sido superestimado por usar como base uma conjuntura de crise energética que não corresponde às condições atuais de operação do sistema.

A representante do Ministério de Minas e Energias Sra. Laura Cristina da Fonseca Porto indagou ao Secretário Executivo sobre o nível de detalhamento técnico que deveria ser adotado no processo de elaboração dos pareceres encaminhados à esta Comissão. Perguntou se a análise deveria se restringir às questões de desenvolvimento sustentável, ou se seria pertinente uma análise técnica dos temas de especialidade de cada Ministério. Indagou, também, se os documentos utilizados para a elaboração dos pareceres pela equipe do MCT são os mesmos disponibilizados aos demais Ministérios. Solicitou ainda, orientação de como tratar os documentos de validação preliminares apresentados pela DNV.

O Secretário Executivo esclareceu que os documentos utilizados para análise pelos técnicos do MCT são exatamente os mesmos disponibilizados aos demais Ministérios. A respeito dos documentos de validação preliminares, informou que isto tem sido uma prática adotada pela DNV sob a alegação de que seria necessária a aprovação por parte do governo brasileiro para que então eles possam apresentar seu relatório final. Na opinião do Secretário Executivo esta estratégia permite que o relatório de validação possa ser modificado após a emissão da carta de aprovação pelo governo brasileiro. Neste sentido propõe que a estratégia adotada pela Comissão deveria ser a aprovação do projeto com ressalva até que seja submetido o documento final de validação do projeto.

O Secretário Executivo informou ainda que no momento da solicitação de registro de um projeto, o Secretariado do Conselho Executivo envia um aviso à Autoridade Nacional Designada informando e questionando se há alguma incongruência. O Secretário Executivo entretanto avalia que um eventual veto da Comissão ao registro de um projeto Brasileiro criaria um ônus político muito grande. Desta forma, acredita que a melhor maneira de evitar a alteração do relatório de validação após a aprovação do projeto seria a elaboração de uma carta de aprovação específica e detalhada que vincule a aprovação a um determinado documento de

projeto e relatório de validação. Para isso é imprescindível que relatórios de validação preliminares não sejam aceitos.

Sobre o nível de detalhamento técnico a ser adotado no processo de elaboração dos pareceres, o Secretário Executivo informou tem apenas a atribuição de avaliar os projetos quanto aos requisitos de desenvolvimento sustentável e não acerca de questões técnicas. Tem sido praxe dos pareceres do MCT tentar apontar todas as questões técnicas observadas nos projetos, uma vez que estes projetos irão ser analisados e vetados pelo Conselho Executivo caso apresentem falhas técnicas. Assim, em sua opinião, a Comissão, ao votar, deve ater-se às questões de desenvolvimento sustentável, entretanto, pode pedir ao empreendedor que corrija os aspectos técnicos identificados pelos especialistas de cada Ministério

O Secretário Executivo, lembrou que a Comissão decidiu que os pareceres da Comissão são confidenciais. Entretanto, informou que um técnico da equipe do MCT já recebeu um telefonema de pessoa estranha à Comissão solicitando que um de seus pareceres fosse modificado. Este episódio é extremamente grave, pois expõe o técnico que está elaborando o parecer, afetando sua liberdade e segurança, além de constatar vazamento de informação por parte de um dos membros da Comissão.

O representante do Ministério da Relações Exteriores, Secretário Marco Túlio Cabral, indagou se o procedimento de aprovação condicional de um projeto pela Comissão implicaria em nova avaliação durante a reunião subsequente.

O Secretário Executivo informa que no seu entendimento a aprovação com ressalvas da Comissão não gera a necessidade de reapreciação do projeto. Desta forma, bastaria que todas as ressalvas fossem atendidas para que o projeto fosse considerado aprovado.

O Representante do Ministério do Meio Ambiente sugeriu que este procedimento fosse adotado no caso de pendências simples, mas que no caso de questionamentos mais complexos seria preferível que o projeto fosse considerado em revisão, voltando a ser reavaliado pela Comissão quando revisto. O representante do MMA também observou sua preocupação quanto a definição de um nível de aprofundamento muito elevado para a análise dos projetos, uma vez que isto poderia acarretar elevada carga de trabalho, especialmente para a equipe técnica do MCT.

O Secretário Executivo concordou que a definição do tipo de análise dos projetos é assunto delicado e merece ser melhor discutido, entretanto ressalva que é dever da Comissão analisar os projetos e de certa forma, acredita que a avaliação técnica dos projetos não está totalmente fora de sua atribuição.

O Secretário Executivo informou também que a uma entidade operacional tem adotado a prática de ressaltar em seus documentos de validação que, uma vez que os dados utilizados para a confecção destes documentos são fornecidos pelo empreendedor, a ela não se responsabiliza pela precisão ou correção das informações que analisou, prática essa em completo desacordo com as decisões da Convenção. Desta forma, apesar de formalmente não ser uma atribuição da Comissão, seria papel da Comissão Interministerial zelar pela qualidade do trabalho das Entidades Operacionais. Ressalta que não há qualquer proibição para que a Comissão analise os

projetos em sua totalidade, e que de fato, vários países estão adotando este tipo de procedimento.

Ainda segundo o Secretário Executivo, o efeito do questionamento por parte da Comissão, quanto a qualidade técnica do trabalho executado pelas Entidades Operacionais, depõe negativamente quanto a imagem destas empresas no mercado. Isto criará uma pressão para que seus trabalhos para os próximos projetos sejam realizados de forma mais criteriosa. Caso a Comissão não se atentasse para as questões técnicas dos projetos o resultado seria que eles seriam, certamente, barrados pelo Conselho Executivo da Convenção, denegrindo a boa imagem que existe no exterior acerca da qualidade e eficiência do procedimento de aprovação e elaboração de projetos no Brasil.

Outro problema que tem sido recorrente nos projetos apresentados à Comissão é a péssima qualidade das traduções para o Português. Na opinião do Secretário Executivo, caso a Comissão não se manifeste sobre este assunto ela estaria validando uma prática incorreta.

O representante do MMA pediu que fosse disponibilizado para as análises subsequentes dos próximos projetos, cópias de todas as licenças apresentadas pelos proponentes do projeto, incluindo licenças prévias e de operação.

O secretário executivo informa que devido ao volume de papel que isto geraria fica inviável a reprodução sistemática de todos os documentos submetidos, sugerindo aos representantes dos Ministérios que procurassem a Coordenação Geral de Mudanças Globais de Clima sempre que tiverem interesse específico de consultar um destes documentos.

5. Outros Assuntos

O Secretário Executivo informa o recebimento de uma carta da TUV – Industrie Service comunicando que estarão estabelecendo um escritório no Brasil, estando assim habilitada a atuar como Certificadora de projetos executados em território nacional. Informou também que a Certificadora Japonesa Quality Assurance está estabelecendo uma parceria com a Fundação Vanzolin e também poderá atuar no território nacional.

Sobre a carta recebida pela empresa BATTRE – Bahia Transferência e Tratamento, acionista do Projeto Vega Bahia, aprovado recentemente pela Comissão, informa que estão requerendo que a Comissão faça um pedido juntamente ao Banco Central, para que regule os procedimentos de envio de capitais oriundos das atividades de MDL no Brasil. O Secretário já adiantou que esta não é uma das competências da Comissão, entretanto, provavelmente, já na próxima reunião, com a participação do Ministério da Fazenda, este assunto possa ser melhor esclarecido.

O Prof. Cylon informou que o Professor Warman Makine, especialista em economia e mudanças do clima, virá ao Brasil na segunda quinzena de setembro, para proferir uma palestra em Campinas, e que se houvesse interesse da Comissão tentaria trazê-lo a Brasília para uma palestra no dia 27 ou 28 de setembro.

Não havendo outros assuntos a tratar, o Prof. Cylon agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.